

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta & WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA. São Paulo: Uniara [co-editor], 2008, 348p.

Talita Sgobi Martins¹

Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais, foi tema do evento promovido em 2006, pelo UNIARA (Centro Universitário de Araraquara). Na ocasião, a discussão abrangeu a Reforma Agrária e as experiências de assentamentos rurais em países da América Latina.

No contexto do atual desenvolvimento do Brasil, o livro traz debates sobre os movimentos sociais, a hierarquia da estrutura familiar dos camponeses, o cotidiano nos assentamentos, e os mediadores e sua representação junto aos assentados. Revela ainda o difícil diálogo entre assentados e o Estado na questão das políticas públicas, os imobilismos e avanços. Os autores mesclam o teórico-metodológico com os dados coletados em trabalho de campo, traduzindo a realidade de um país que precisa da Reforma Agrária para resolver o problema de milhares de sem-terras e assentados que vivem em condições desfavoráveis em relação aos mínimos vitais.

O livro se traduz numa coletânea de textos apresentados no referido Evento como continuidade da Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que aconteceu em 2005, tendo como marco o balanço das experiências e pesquisas sobre a temática agrária/agrícola. A coletânea

¹ Aluna da Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Membro do Grupo de Estudos Terra e Território/GETT - Linha de pesquisa Terra e Movimentos Sociais. talita_sgobi@hotmail.com

é organizada por Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniara), colaboradora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCLAR/Unesp) e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, socióloga, pesquisadora do CNPq, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Educação Escolar – Faculdade de Ciências e Letras/ Universidade Estadual Paulista” Júlio de Mesquita Filho”(FCL/Unesp) – Araraquara/SP e coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

A realidade dos assentamentos rurais apresentada pelo livro, traduz a falta de um investimento do poder público junto aos assentados e pequenos produtores rurais, em que o passado histórico dos movimentos sociais em prol da Reforma Agrária não recebeu a devida atenção. Deste modo, luta pela terra e Reforma Agrária se configuram em batalhas incessantes no cenário político brasileiro, sendo importante a implantação de instituições que possibilitem a realização de mudanças neste cenário de problemas, impasses, desafios, tensões e questionamentos que tem sido a história dos pobres do campo. Ao trazer tais debates a coletânea possibilita ao leitor entender e se posicionar diante das difíceis questões a respeito do campo.

O livro se divide em quatro partes, sendo elas: 1ª: “Movimentos sociais e luta pela reforma agrária: velhas e novas questões”; 2ª: “Gênero, juventude e o cotidiano dos assentamentos rurais”; 3ª: “Mediadores e representação nos assentamentos rurais: o difícil diálogo”, e a 4ª: “Políticas públicas em assentamentos rurais: imobilismos e avanços”.

Na primeira parte, “Movimentos sociais e luta pela reforma agrária: velhas e novas questões”, são discutidos o nascimento dos movimentos sociais, com destaque ao surgimento do MST, consolidação e institucionalização até os dias de hoje. Bernardo Mançano Fernandes, em seu texto “27 anos do MST e luta pela terra”, trata da conjuntura histórica que possibilitou o surgimento do MST em cenário nacional e internacional, juntamente com a Via Campesina, traduzindo as novas e velhas questões que continuam permeando a sociedade rural.

No referido texto são abordadas questões como a visão transmitida pela mídia, de que os movimentos sociais são os causadores de violência no campo – o que é o contrário – já que os manifestantes são vítimas desse sistema de aprisionamento de riquezas para a elite e desprezados por economia capitalista que traz cada vez mais incentivo ao agronegócio. Destaca o autor que este é um modelo de agricultura que visa o crescimento econômico acelerado e geração de lucro, comprometendo a qualidade dos ecossistemas em virtude da disseminação dos monocultivos em larga escala, com tecnologias de alto nível, como a pulverização aérea de inseticidas prejudiciais à saúde dos seres humanos e do ambiente.

Os autores Sérgio Sauer e Marcos Rogério de Souza complementam este debate, citando que “no campo brasileiro, a organização e estruturação de movimentos e entidades agrárias materializam não só uma disputa pela ‘posse de valores culturais’ mas também reivindicações por terra e trabalho em oposição a histórica concentração da propriedade fundiária”. Mostram a importância dos camponeses serem vistos como sujeitos em luta, descrevendo como de dá este processo de conquista de territórios na árdua tarefa da democratização da terra. Os autores constatam ainda que algumas promessas feitas na gestão Lula no II Plano

Nacional de Reforma Agrária, não foram cumpridas, mantendo intocadas as relações de dominação social e econômica no campo.

Eduardo Ernesto Fillipi aborda, em seu texto “Experiências Nacionais de Reforma Agrária: entre socialismo e populismo”, questões referentes as diferentes trajetórias históricas e resultados práticos de países que fizeram a Reforma Agrária.

O autor menciona, por exemplo, alguns exemplos positivos de uma diversificação na produção no regime cubano e na ex-URSS. No caso nicaraguense, aponta resultados que rompem com a ideia de modelo pela diversidade das situações apontadas. Discute também as semelhanças e as diferenças da presença da Revolução Industrial Inglesa e da Revolução Francesa para campo, sendo que ambas promoveram um marco na sociedade, até então agrária. Abordam as questões da terra e da reforma agrária no Brasil, e conclui que a reforma agrária brasileira está longe de ser um movimento radical.

A segunda parte do livro, “Gênero, juventude e o cotidiano dos assentamentos rurais”, nos traz uma análise da estrutura de relações sociais que se mantêm no campo, onde se redefinem identidades, papéis e hierarquias da estrutura familiar camponesa. Como por exemplo, o papel da mulher que passa a ganhar seu espaço e a participar afetivamente na estruturação do lote. Aborda a questão dos jovens e a dúvida de permanecer ou abandonar o meio rural, contemplando as relações de amizade, permeadas pela ajuda recíproca entre parentes e vizinhos, que se socializam entre si, superando as dificuldades e desafios da nova vida no campo.

Elisa Guaraná de Castro, em “As Jovens Rurais e a Reprodução Social das Hierarquias: relação de gênero em assentamentos rurais” traz importante análise a respeito de como a hierarquia patriarcal influencia na tomada de decisões no campo

definindo a posição dentro do lote de acordo com idades, gêneros - questões que possuem aspectos positivos e negativos.

Os jovens realmente estão saindo do campo? Castro responde a esta pergunta ao deixar claro que a saída do jovem depende das circunstâncias vividas e interiorizadas e, portanto, não existe uma resposta única uma vez que há muita diversidade de situações nos assentamentos pesquisados. Porém, questão toma relevo, pois a maioria dos jovens que diz querer sair do campo, almeja um lugar melhor. Com isso Castro nos faz entender que os jovens têm a percepção que o ambiente no qual eles vivem é desvalorizado, sem acesso a serviços públicos e privados, excluindo-os. Ficando sem alternativas e esperanças de melhorias, abre-se o caminho da evasão no campo.

Castro ainda afirma que é bem mais complexa essa ideia da classificação do ficar ou sair do campo, portanto vai mais além do que a leitura da atração pela cidade.

“Juventude e Educação em Assentamentos no Brejo Paraibano”, produzido por Marilda A. Menezes, Edgar Malagodi e Francisco R. Marques, também contribui no debate do permanecer ou sair do campo. Neste artigo os autores revelam os dilemas e ambiguidades deste processo, reflexões que são fruto de pesquisas e trabalhos de extensão em que, segundo os autores, se desnuda como parte do conflito – entre o partir ou ficar - o desejo destes sujeitos de estudar para obter-se uma profissão.

Retratam ainda as dificuldades enfrentadas com a legislação agrária como a proibição do INCRA quanto ao trabalho fora do lote, proibição que levam muitos a abandonar o campo em busca de melhores condições uma vez que as dificuldades

econômicas são muitas para estruturação e permanência no lote. Neste sentido, os autores sugerem a implantação de alternativas como cursos de capacitação e treinamentos que devem ser oferecidos pelo Estado para que esses jovens obtenham conhecimentos que ajudem no aumento da renda familiar no lote.

“O Cotidiano dos Assentamentos Rurais: entre o vivido e o concebido”, de Marisa Lomba de Farias, é um texto que analisa o caminho entre o sonho e a realidade. Demonstra que a luta pela terra mescla a objetivação da realidade, que é a luta pela reprodução econômica da vida, com o componente afetivo do amor por um pedaço de chão. Deixa explícito que as emoções do tempo presente dos assentados estão em constante volta ao passado, às lembranças. E que a visão de negatividade da Reforma Agrária colocada pela classe capitalista não considera o cotidiano singular dos assentamentos rurais como espaço da reprodução da vida, dos sonhos, da esperança. “(...) os sentimentos de solidariedade renascem no dia a dia, confirmando a presença de diferentes estratégias dessas famílias para a organização da vida nos assentamentos” (FARIAS, p.153).

A terceira parte do livro, “Mediadores e Representação nos Assentamentos Rurais: o difícil diálogo”, introduz questões como a necessidade de pesquisas voltadas para a análise desta relação entre mediadores e assentados, e coloca em discussão a estrutura e os resultados das formas organizativas desenvolvidas no campo.

No primeiro artigo de Delma Pessanha Neves, “O Associativismo e a Comercialização Agrícola: dilemas dos processos de assentamentos rurais”, é resgatada o ser assentado, em que se evidencia, por exemplo, a consequência negativa da falta de acesso ao conhecimento e o necessário rompimento desta

situação para que não haja dependência dos assentados para com os mediadores, situação que torna mais difícil o fortalecimento dos movimentos sociais.

A base de suas reflexões traduz um trabalho de campo riquíssimo, Delma Pessanha Neves visitou sete associações e seus respectivos assentamentos. Por meio deste material coletado pontua as difíceis questões que são enfrentadas na tarefa da organização produtiva e sinaliza as ações negativas que comprometem, até mesmo, sucessos parciais. Problemas como caminhões quebrados, associados desmotivados, roubo e calote, aumentam sobremaneira os desafios a serem enfrentados na terra.

Na sequência, temos o artigo de Luís Antonio Barone, intitulado: “Diagnósticos Participativos em Assentamentos Rurais no Entorno de Estação Ecológica: o dialogo possível entre IBAMA e agricultores”, no qual analisa a interação entre assentados e os órgãos gestores. O autor traz como reflexão a estação de Roraima, estudo que é fruto do trabalho realizado no centro-norte do Estado de Roraima, onde foi promovido um encontro participativo que integrou os assentados que moram em torno da estação ecológica de Maracá e os órgãos gestores. Como a vegetação de Roraima é considerada patrimônio nacional, com o IBAMA fiscalizando periodicamente, neste contexto passa a existir um conflito com os assentados que necessitam sobreviver da terra. Destaca neste debate a necessidade e as possibilidades de alternativas - tanto ambientais como econômicas - para a renda nos lotes, em especial no tocante a segurança-soberania alimentar das famílias.

Maristela Simões do Carmo, Mauro Sérgio Vianello Pinto e Valéria Comitre, em “Estratégias Agroecológicas de Intervenção em Assentamentos Humanos”, trazem contribuições para se pensar o tema da agroecologia produzidas a partir de

uma experiência de vivência para a busca da sustentabilidade onde foi realizado pela Unesp de Botucatu, Faculdade de Ciências Agrônomicas(FCA), juntamente com o INCRA, o MDA e o MST. O debate inicia-se em torno do conceito de Agroecologia, para então se chegar a questão da sustentabilidade.

Para os autores, a vivência dos pesquisadores envolvidos no projeto é fundamental para a construção destes novos caminhos agroecológicos. Mostram ainda que os desafios dessa interação entre cultura e ambiente, trazem bons resultados, mas ainda é um processo em construção/expansão.

Na última parte do livro, a discussão é sobre “Políticas Públicas em Assentamentos Rurais: imobilismos e avanços”. Aqui são priorizadas exemplos locais e regionais, em que se evidencia as múltiplas alianças que vão sendo construídas dentro e fora dos assentamentos.

No primeiro artigo, temos Vera Lúcia Silveira Ferrante e Luiz Antonio Barone, em “Assentamentos na Agenda de Políticas Públicas: a ‘trama de tensões’ em regiões diferenciadas”, que discute as relações que os assentamentos possuem com o poder local. Os autores demonstram por meio de trabalho de campo realizado em diferentes regiões de São Paulo, a complexidade de situações que existe e as estruturas econômicas e políticas presentes nesses assentamentos.

O artigo “Autoconsumo e Políticas Municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento”, de Henrique Carmona Durval e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, conduz o leitor a uma junção de assuntos como agroecologia, Sociologia e Economia. Manifestam um olhar direcionado à agricultura familiar, desviando-se do agronegócio, e conduzindo para os caminhos da criação de projetos municipais de apoio aos pequenos agricultores onde os alimentos são

vendidos a população urbana via “Projeto Direto do Campo” em feiras, por exemplo, e consumo na merenda escolar, via o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, do Governo Federal.

O apoio dos autores à essa nova forma de gestão nos assentamentos rurais, assinala que esses projetos tendem a ajudar na soberania e segurança alimentar, emoldurando um novo modelo de progresso para os assentamentos rurais e alternativas das políticas públicas que podem representar uma significativa fonte de renda, trazendo luz aos conceitos de soberania e segurança alimentar, agroecologia e agricultura sustentável.

E para finalizar, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker nos traz, com sua vasta experiência em pesquisa nos assentamentos, o artigo, intitulado: “Soberania Alimentar e Assentamentos de Reforma Agrária”. Nele explicita o quão prejudicial são os alimentos ingeridos hoje e como a diversidade alimentar está se acabando. A autora ainda compara em mosaicos diversificados a agricultura camponesa que está sendo diminuída com a monotonia das grandes *plantations*. Assim leva o leitor a compreender que os direitos humanos estão sendo ignorados, pois com a monocultura, a diversidade alimentícia, está se restringindo a produtos que comprometem a saúde pública. Processo que prejudica os consumidores, que consomem produtos contaminados com agrotóxicos, modificados geneticamente (transgênicos). Além de serem ingeridos por seres humanos, transformar o natural em artificial, coloca em risco a rica biodiversidade que existe em cada região, afetando a saúde das populações que consomem esses produtos.

CONCLUSÃO

Para entender a dinâmica atual dos assentamentos, é necessário visualizar o todo em suas similitudes e diferenças. Os temas abordados nos artigos da coletânea evidenciam que a realidade dos assentamentos é muito complexa, daí a necessidade de pesquisas. Do contrário, podemos cair em generalizações acerca de temas fundamentais como sustentabilidade, permanência dos jovens no campo, soberania alimentar, mediações e organização produtiva, etc.

A coletânea evidencia também a necessidade constante de um olhar investigativo especial para as situações alternativas que apontam para a continuidade da Reforma Agrária como política exitosa no tocante a geração de renda e resgate de cidadania. Mostra as possibilidades/estratégias criadas pelos sujeitos para contornar desafios, conflitos, desencontros. As reflexões e conclusões, passam ao leitor a vivacidade, a complexidade e a esperança presente nos assentados que acreditam e luta por uma Reforma Agrária ampla e irrestrita em que as pessoas possam viver com dignidade na terra conquistada.

Desta forma, a coletânea cumpre a tarefa de evidenciar os obstáculos no caminho da permanência na terra, mas, acima de tudo, o papel fundamental – que não se esgotou - da Reforma Agrária para o desenvolvimento humano e a soberania alimentar do país.